

O PIBID NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639

Amanda de Moraes Felix (Autora)

Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte – amandinhafelix-mf@hotmail.com

Gisele Pereira de Oliveira (Orientadora)

Professora Doutora da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte - giselepdeoliveira@uol.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo desconstruir a ideia que muitos alunos têm quando pensa na África, vista apenas como fonte de pobreza, miséria e escravidão. Esse fato se dá devido a vários fatores, dentre eles o próprio material didático que apresenta imagens negativas desse continente, apresentando-o de forma distorcida. Ou seja, são vários os motivos que podem reforçar a ideia da luta que a Lei 10.639, que foi sancionada em 2003, a qual obriga o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileiras no ensino básico, enfrentou a ser implantada. Levando aos professores o desafio de construir nos alunos o conhecimento sobre a África menos estigmatizado, de forma a levá-los a desconstruir a ideia de escravidão, pobreza e miséria e passando a vê-la como berço cultural e visão crítica. Estudar na educação básica a história e cultura da África e dos afrodescendentes tornou-se uma realidade, embora a educação ainda enfrente o desafio de desmistificar as ideias negativas acerca desse continente. Com isso, foi desenvolvida a oficina: “África de berço cultural”, em uma escola estadual de Nazaré da Mata - PE, com os alunos do 8º ano. Buscando, assim, uma forma de desconstruir as ideias negativas acerca desse continente e, também, levá-los a conhecer a cultura negra brasileira e a contribuição do negro na formação da sociedade nacional. Este trabalho buscar relatar aspectos do processo vivenciado no PIBID na escola, através da experiência da aplicação dessa oficina. O PIBID, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é financiado pela CAPES (Coordenação de Pessoa de Nível Superior), e tem como um de seus objetivos a inserção dos alunos de licenciatura no cotidiano das escolas, possibilitando-nos a realização de trabalhos como este.

Palavras-chave: África; Ensino; PIBID; Lei 10.639; relações étnico-raciais.

1. Introdução:

Em janeiro de 2003, foi sancionada a Lei 10.639, a qual de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (BRASIL, 2004, p.8)

A lei determina o estudo da história e cultura Afro-brasileiras e africanas no ensino básico, buscando promover uma educação que favoreça a pluralidade cultural, abordando a diversidade do nosso país, eliminando discriminações e injustiças com os negros, e promovendo assim, a inclusão dos mesmos. Pois, é a escola um espaço que deve trabalhar as práticas de igualdade, eliminando o

preconceito e o racismo, renovando as práticas educacionais para que estejam abertas para a inclusão.

Renovar a prática educacional é pensar também em uma educação que aborde e valorize a população negra no Brasil. Por isso, deve-se discutir a relevância da inclusão da história africana na sala de aula. Tendo em vista a importância da história da África para compreender melhor a história do Brasil, pois ela contribui de forma fundamental na construção da sociedade brasileira, contribuições essas que devem ser abordadas não mais de forma negativa e excludente como normalmente é demonstrada nos livros didáticos, mas buscando fazer uma releitura positiva acerca da África, fazendo necessário repensar conceitos e verdades que estão arraigados nos educandos e também nos próprio educadores:

Para termos uma história brasileira ampla e justa, é necessária a imersão na história e na cultura africana, visto que a sociedade brasileira resulta da imensa participação de africanos e afro-descendentes, transmitindo conhecimento material e imaterial para a cultura brasileira (FELIPE, 2010, p.1).

Assim, tendo em vista a necessidade de desmistificar ideias negativas acerca da África, de forma a desconstruir a ideia de escravidão, pobreza, miséria, guerras, e animais selvagens, almejando construir nos alunos uma visão menos estigmatizada e passando a vê-la como produtora de cultura, propondo uma reflexão da diversidade africana, foi desenvolvida, na Escola de Aplicação Professor Chaves, em Nazaré da Mata - Pernambuco, uma oficina que busca a desconstrução de pensamentos negativos do continente africano e a apresentação de uma África rica de literatura, músicas, e outras riquezas culturais.

2. História da África na educação escolar

Embora a lei 10.639 tenha sido promulgada desde 2013, muitas escolas ainda não abordam o estabelecido na lei ou trazem essa temática negra apenas quando se aproxima do dia 20 de novembro, considerado o dia da consciência negra (TAVARES, [201?]). Essa lei leva aos professores o desafio de construir nos alunos um conhecimento sobre a África menos estigmatizada, de forma a leva-los a desconstruir a ideia de escravidão, pobreza e miséria. Desafio esse que leva os professores a buscarem mais sobre esse assunto, pois muitas vezes os próprios educadores não estão

preparados para abordar essa temática na sala de aula. Podemos assim perceber a ideia da luta que essa lei vem enfrentando no campo educacional.

São vários os fatores que contribuí para a construção da imagem negativa da África, dentre eles a imagem negativa do sistema de escravidão, como também os próprios livros didáticos abordarem conteúdos distorcidos sobre os negros, contribuindo assim para a formação de preconceitos existentes até hoje, como nos dia Cunha Júnior:

O principal problema encontrado no processo de ensino e aprendizado da História Africana não é relativo à história e à sua complexidade, mas é com relação aos preconceitos adquiridos num processo de informação desinformada sobre a África. (CUNHA JÚNIOR, 1999 apud DIALLO, 2013, p.1).

Incumbindo a nós, como educadores, a missão de desmistificar esses preconceitos, que afetaram de forma negativa a esse continente, levando aos educandos uma África rica de cultura. “Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2004). Devemos assim, pensar em uma escola que valorize a população negra no Brasil, buscando a inserção da história africana no contexto escolar. Tenda em vista a importância da história e cultura africana para a compreensão da história do Brasil. Por isso, para Cunha Junior: “A história da África que nos interessa é aquela que possibilita a compreensão do Brasil. Aquela que explique os aportes significativos dos africanos e afrodescendentes para a construção da sociedade”. (CUNHA JUNIOR, 1999 apud FELIPE, 2010, p.2)

Pois a história do Brasil, sem o conhecimento africano, é vaga, marcadas por concepções eurocêntricas. “As ideias veiculadas pela história eurocêntrica apresentam os africanos como grupos isolados no meio da selva, dando a entender que são povos de menor importância” (FELIPE, 2010, p.2). Devemos como educadores reconstruir conceitos arraigados nos alunos, cheio de preconceitos e discriminação. Pois, para trabalhar a história do Brasil de forma justa, é fundamental a inclusão da história e cultura africana, de forma a desconstruir ideias negativas e preconceituosas. Com isso, cabe aos educadores trazer para dentro da sala de aula o conhecimento desconstruído acerca África, de forma a levar para o lugar de destaque que ela merece ter na nossa sociedade compreendendo que:

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil; foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de

destaque, como fator da civilização brasileira (QUERINO, 2008, p. 78 apud MULLER, 2013, p.68).

2.1 A África do livro didático

“O livro didático é o material mais utilizado por professores e alunos nas salas de aula de todo o Brasil e muitas vezes é o único recurso disponível para o conhecimento histórico” (MULLER, 2013, p.58). Muitos deles estão cheios de preconceitos para com o continente africano, trazendo conteúdos distorcidos acerca dos negros e abordando a África de forma resumida; não possibilitando aos alunos e professores conhecer melhor esse universo africano. Dessa forma, contribuem para os estereótipos que cercam a África, pois segundo SILVA:

[...] livros didáticos adotados pelo MEC que apresentam apenas a visão eurocêntrica da produção de conhecimento, descumprindo, dessa forma, as determinações da supracitada lei. Tampouco são seguidas as orientações dos PCNs, que preveem a presença desse conteúdo como tema transversal às disciplinas do currículo da Educação Básica (SILVA, 2013, p.78).

Essa situação trazida pelo próprio livro didático, um material que serve de guia para os professores, e muitas vezes tornando-se o único recuso de conhecimento históricos dos alunos, acaba contribuindo para o véu de preconceito que marca esse continente, e a pouca valorização dos negros na construção da história do povo brasileiro, pois ele ainda se limita a apresentá-los apenas na sua condição de escravo. Cometendo deslizes que os prejudicam, se esquece que os negros antes de chegarem ao Brasil e serem escravizados, “tinham uma vivência na África, tinham uma cultura própria e que trouxe contribuições para a formação da nossa cultura” (FELIPE, 2010).

3. O trabalho com a diversidade

A lei determina o estudo da história e cultura africanas nas escolas, a qual busca promover uma educação que promova pluralidade cultural, abordando a diversidade do nosso país, eliminando discriminação e injustiça contra os negros, promovendo, assim, a inclusão. Tendo em vista a desigualdade que ainda existe “[...] ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas

específicas que reverta o atual quadro”. (BRASIL, 2004, p.7) Precisando-se assim pensar na renovação das práticas educacionais para que abordem e valorizem a população negra no Brasil. Pois infelizmente os dados ainda apontam que:

[...] pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (BRASIL, 2004, p.7-8)

A escola passa a ter um papel de eliminar as desigualdades raciais, pois, podemos perceber que existem preconceitos e discriminações referentes aos negros e a participação desigual deles no sistema educacional brasileiro; isso é uma realidade, mas que precisa, urgentemente, ser modificada. A escola tem a função de observar as práticas de discriminação e exercer seu papel social de respeitar todas as culturas existentes na sociedade e difundi-las, trabalhando a diversidade e evitando o preconceito; tendo também o compromisso de respeitar as diferenças culturais e construir identidades, sendo necessário reconstruir conceitos arraigados nos educandos. “Contribuindo para formar atitudes, posturas e valores, e educar cidadãos não cheio de preconceitos, mas orgulhosos de seu pertencimento étnico racial”, contribuindo assim para “uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada” (CNE/Parecer 03/04 apud JAROSKEVICZ, [201?], P.4)

Portanto, a diversidade não pode ser tratada de forma secundária, ela é de fundamental importância na formação de uma escola inclusiva, livre de discriminação, pois é o local de diferentes relações sociais, diferentes visões de mundo, religiões, etnias, costumes, e tudo que compõe a cultura.

4. O PIBID na experiência de implementação da lei 10.639/03

O PIBID, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, gerenciado pela CAPES (Coordenação de Pessoa de Nível Superior), tem como um de seus objetivos a inserção dos alunos de licenciatura no cotidiano das escolas. Desenvolvem-se, assim, atividades que sirvam de complemento para a sua formação enquanto futuro professores. Segundo a CAPES: “O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. (CAPES, 2013). É um programa de grande importância no que se refere à formação inicial

de professores, o qual possibilita aos estudantes de licenciatura vivenciar diversidades existentes na escola. Contribui também para o aperfeiçoamento de políticas como a proposta pela lei 10.639/2003 e propõe trabalhos que abordem a valorização da diversidade existente em nosso país, buscando romper com preconceitos e discriminações, trazendo uma reflexão acerca dessa diversidade.

Percebendo a necessidade de desenvolver um trabalho na escola acerca da História e cultura africanas e afro-brasileiras, relacionadas à implementação da lei 10.639, deve-se levar os alunos a refletirem sobre essa temática de forma a desmistificar conceitos negativos arraigados, de forma a superar discriminação e preconceitos existentes na sociedade e na escola.

Com isso, são pensadas práticas educacionais que contribuam para a formação do educando enquanto ser social. Pois, a escola tem o papel de “estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo” (BRASIL, 2004, p.7). E o PIBID, enquanto programa de formação de professor, tem um grande interesse em desenvolver atividades que possam contribuir nessa perspectiva.

5. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido tendo por base a pesquisa-ação. Para começar, foi sugerida uma discursão sobre a África. Ao serem questionados sobre o continente africano, muitos alunos afirmaram que o que vinha em sua mente ao pensar na África era: pobreza, escravidão, fome, doenças, miséria.

Em seguida, foram apresentadas fotos de alguns países africanos e suas belezas culturais. Foi perceptível o choque dos alunos ao se depararem com imagens do Egito, Marrocos, e questionarem: “O Egito faz parte da África?”. As imagens causaram-lhes em alguns momentos surpresa e desconfiança, levando-os a questionarem se aquele lugar pertencia mesmo à África, dando para perceber a ideia limitada que eles tinham desse continente. Esse momento serviu para desconstruir conceitos limitados acerca da África que estavam até então arraigados nos educandos. Não se tratou de ocultar a realidade de muitos países africanos, mas apresentar para os alunos a complexidade desse continente. Para completar esse momento, foi apresentado o mapa da África, mostrando todos os países que fazem parte desse continente.

No segundo momento, tendo em vista a importância da história e cultura africanas para compreender a história do Brasil, e perante a pluralidade desse continente, fizemos um recorte e abordamos a África que contribuiu para a formação da sociedade brasileira. Discutimos um pouco sobre a influência africana que há na nossa cultura, como palavras muito usadas no Brasil que são de origem africana, assim como comidas e religião.

Então, no terceiro momento, e para finalizar, foram escolhidos representantes de países que falam português para abordar um pouco da literatura. Quando foi questionado se eles já tiveram o contato com a literatura africana, a maioria respondeu que não, e, com isso, ficou clara a necessidade de explorar mais esse assunto. Foram apresentados, assim, alguns autores, dentre eles, o moçambicano Mia Couto, do qual foi escolhido para leitura e discussão o seu conto “O assalto”.

6. Resultados

Essa oficina foi uma grande experiência, embora ainda precise de um amadurecimento. Sua aplicação contribuiu de forma significativa, desmitificando alguns conceitos arraigados nos educandos e possibilitando a construção de uma imagem mais positiva e menos estigmatizada desse continente. Contribuindo dessa forma, para a implementação da lei 10.639/2003.

7. Considerações Finais

Estudar na educação básica a história e cultura da África e dos afrodescendentes tornou-se uma realidade, embora a educação ainda enfrente o desafio de desmistificar as ideias negativas acerca desse continente e construir nos educandos uma nova visão sobre o mesmo, que foi tão importante para a construção do nosso país.

Com base nos resultados satisfatórios das atividades desenvolvidas no PIBID, podemos perceber que é possível a aplicação da lei 10.639/2003, contribuindo para a formação de um pensamento mais realista e, inclusive, positivo do continente africano, buscando a valorização da população negra no Brasil, e a quebra de preconceitos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF; Ministério da educação; 2004.

CAPES. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Disponível em: ><http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid><. Acesso em: 01 nov. 2016.

DIALLO, Cíntia Santos. Ensinar a história da África? Mas, o que é a África, afinal?. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Rio Grande do Norte. **Anais do 27º Simpósio Nacional de História.** Anpuh Brasil. 2013. Disponível em: >http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364943695_ARQUIVO_cintiasantodiallo.pdf<. Acesso em: 25 out. 2016.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Ensino da História e Cultura Africana em salas de aula brasileira. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2010, Paraná. **Anais do Seminário de pesquisa do PPE.** Paraná: Universidade Estadual do Maringá. 2010 Disponível em: >http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/013.pdf<. Acesso em: 23 out. 2016.

JAROSKEVICZ, Elvira Maria Isabel. **Relações étnico-raciais, história, cultura africana e afrobrasileira na educação pública: da legalidade à realidade.** Disponível em: >http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_elvira_maria_isabel_jaroskevicz.pdf<. Acesso em: 26 out. 2016.

Muller, Tânia Mara Pedroso. **O negro no livro didático: o que nos contam as imagens?.** In: BARRETO et al. (Org.) Africanidade(s) e Afrodescendência(s): perspectivas para a formação de professores. Vitória: EDUFES, 2013.

SILVA, Geranilde Costa e. **Literatura africana e afrodescendente junto a crianças de escolas públicas: uma experiência de pesquisa.** In: BARRETO et al. (Org.) Africanidade(s) e Afrodescendência(s): perspectivas para a formação de professores. Vitória: EDUFES, 2013.

TAVARES, Adriana Gomes. Formação de professores e práticas educacionais para a diversidade: o PIBID nas experiências de implementação da Lei 10.639/03, 2015. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2015, Minas. **Anais do 9º Simpósio Nacional de Educação.** Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). 2015. Disponível em: >http://ich.pucminas.br/pged/simposio/pdf/STs/ST5/Com/ST5_CO7.pdf<. Acesso em: 26 out. 2016